ÁREA TEMÁTICA: 10. Gestão de Pessoas

INSERÇÃO PROFISSIONAL E (I)MOBILIDADE SOCIAL DE EGRESSOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

Resumo

O presente estudo analisa como diferentes vertentes da produção científica brasileira abordam as relações entre inserção profissional de egressos do ensino superior e processos de mobilidade e imobilidade social. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura nas bases SPELL, SciELO e Scopus, com publicações de 2006 a 2026. O percurso de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão foi reportado com apoio do PRISMA 2020. Das 130 ocorrências recuperadas, 15 publicações foram analisadas em funções distintas: dez empíricas ou contextuais, quatro teóricas e uma bibliométrica. A extração registrou objetivo, método, população, indicadores, achados, limitações e páginas-fonte; a síntese temática distinguiu evidências dos estudos, comparações produzidas pela revisão e interpretações conceituais. Os resultados mostram que a literatura utiliza indicadores heterogêneos e examina de forma fragmentada emprego, qualidade da inserção, origem social, prestígio institucional e desigualdades. A comparação evidencia resultados profissionais distintos após a graduação: o ingresso rápido pode coexistir com desemprego, incompatibilidade entre escolaridade e ocupação e diferenças salariais, enquanto outros contextos registram ganhos profissionais e econômicos. Conclui-se que a mobilidade educacional pode, mas não necessariamente, converter-se em mobilidade ocupacional ou social. A contribuição da revisão consiste em construir essa ponte analítica sem atribuir ao conjunto do corpus relações investigadas apenas em estudos específicos.

Palavras-chave: Inserção profissional; mobilidade social; ensino superior; egressos.

Abstract

This study analyzes how different strands of Brazilian scientific literature address the relationships between the professional insertion of higher education graduates and processes of social mobility and immobility. A systematic literature review was conducted in SPELL, SciELO, and Scopus, covering publications from 2006 to 2026. Identification, screening, eligibility, and inclusion were reported with support from PRISMA 2020. Of the 130 records retrieved, 15 publications were analyzed according to distinct functions: ten empirical or contextual studies, four theoretical papers, and one bibliometric study. Data extraction recorded objectives, methods, populations, indicators, findings, limitations, and source pages; the thematic synthesis distinguished evidence reported by the studies, comparisons produced by the review, and conceptual interpretations. The findings show that the literature uses heterogeneous indicators and examines employment, quality of insertion, social origin, institutional prestige, and inequalities in a fragmented manner.

Comparison across studies reveals different professional outcomes after graduation: rapid entry may coexist with unemployment, educational-occupational mismatch, and wage inequalities, whereas other contexts report professional and economic gains. Educational mobility may therefore, but does not necessarily, translate into occupational or social mobility. The review contributes by building this analytical bridge without attributing to the entire corpus relationships examined only in specific studies.

Keywords: Professional insertion; social mobility; higher education; graduates

1. Introdução

Algo presente nas últimas décadas, a expansão do ensino superior no Brasil ampliou as possibilidades de acesso à formação universitária, alcançando também públicos que enfrentavam maiores barreiras para ingressar nesse nível educacional (MARTINS; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2017a). Esse processo, contudo, não conferiu o mesmo valor a todos os diplomas nem eliminou as desigualdades presentes na transição entre a universidade e o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo que cria oportunidades, a expansão também pode reproduzir hierarquias entre instituições, cursos e modalidades de ensino. Por isso, a obtenção de um diploma de nível superior não garante, isoladamente, uma ocupação compatível com a formação, estabilidade profissional ou mobilidade social ascendente (MARTINS; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2017a; MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019).

Nesse debate, a inserção profissional é compreendida como um processo que ultrapassa a obtenção do primeiro emprego. Ela se desenvolve ao longo do percurso entre formação e trabalho, no qual experiências de estudo, estágio, ocupação e desemprego podem se sobrepor ou se alternar, sob a influência de condições individuais, institucionais e sócio-históricas (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012; MORAES; ROCHA-DE-OLIVEIRA; ANDRADE, 2020). Para esta revisão, analisar esse processo significa considerar não apenas o acesso ao trabalho, mas também o tipo de vínculo, a remuneração, a estabilidade, a compatibilidade entre formação e ocupação, as oportunidades de aprendizagem e as possibilidades de progressão profissional.

A aproximação entre inserção profissional e mobilidade social permite examinar em que medida a formação superior se converte em mudanças nas posições ocupacionais e sociais dos egressos (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Para aqueles que alcançam um nível de escolaridade superior ao de sua família, a conclusão da graduação pode representar mobilidade educacional, sem necessariamente produzir uma mudança correspondente na posição ocupacional ou social. Da mesma forma, estar empregado não basta para avaliar a qualidade da inserção, pois o egresso pode ocupar posições instáveis, mal remuneradas ou que exigem escolaridade inferior à graduação (MORAES et al., 2022). Assim, acesso ao emprego, qualidade da inserção e mobilidade constituem dimensões relacionadas, mas não equivalentes.

Comparação entre os estudos brasileiros revela configurações distintas, entre egressos de Administração e Administração Pública, o ingresso relativamente rápido no trabalho coexistiu com desemprego, ocupações que exigiam escolaridade inferior à graduação e desigualdades de rendimento (MORAES et al., 2022). Entre egressos beneficiários do Programa Universidade para Todos, foram identificadas mudanças positivas na vida pessoal e profissional e avanços salariais; ainda assim, a adequação da renda foi a dimensão avaliada de maneira menos favorável (POLLI et al., 2021). Pesquisas realizadas em momentos distintos com formandos da mesma instituição privada de prestígio também chegaram a resultados diferentes quanto à relação entre origem social e condições de inserção (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009; LEMOS; DUBEUX; ROCHA-PINTO, 2014). Em outro contexto, o prestígio da instituição de formação apareceu nos processos de recrutamento como critério associado à distribuição das oportunidades entre cargos de diferentes níveis (SILVA; DIAS; SILVA, 2015).

A literatura brasileira examinada nesta revisão reúne pesquisas orientadas por recortes distintos, como inserção profissional, empregabilidade, origem social, políticas públicas, prestígio institucional, sobrequalificação e *déclassement*. Moraes e Rocha-de-Oliveira (2019) já haviam identificado a dispersão temática da produção sobre inserção profissional e a pouca continuidade das investigações no campo. A comparação das 15 publicações também mostra que a mobilidade social é examinada por indicadores diferentes, entre eles renda, aquisição de bens, posição ocupacional, acesso a empresas, percepção de melhoria e comparação com a origem social. Desse modo, a principal lacuna não está na inexistência de estudos, mas na limitada articulação entre contribuições que analisam partes distintas do fenômeno.

Diante dessa lacuna, formula-se a seguinte questão: como diferentes vertentes da produção científica brasileira permitem compreender as relações entre a inserção profissional de egressos do ensino superior e os processos de mobilidade e imobilidade social? O estudo tem como objetivo analisar como essas relações são abordadas e elaborar uma síntese integrada que distinga as evidências encontradas diretamente nas publicações, as sínteses construídas pela comparação entre os estudos e as interpretações conceituais propostas pela revisão. O recorte abrange publicações de 2006 a 2026 recuperadas nas bases SPELL, SciELO e Scopus. Além desta introdução, o artigo está organizado em fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos resultados e conclusão e contribuições.

2. Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica está estruturada em duas partes. Na primeira, a inserção profissional é compreendida como uma trajetória, são apresentados os critérios utilizados para avaliar a qualidade desse processo e discute-se o papel das organizações. Na segunda, são diferenciadas as formas de mobilidade e delimitados os conceitos de sobrequalificação, imobilidade e *déclassement*.

2.1 Inserção profissional

A inserção profissional constitui o conceito de entrada. Sua análise articula a trajetória particular do egresso às condições compartilhadas por grupos profissionais, às instituições que regulam a relação entre formação e trabalho e à configuração histórica do mercado de trabalho (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012). Por isso, a inserção não se limita a um momento posterior à diplomação ou à obtenção do primeiro emprego: pode envolver estágios, períodos de emprego e desemprego, retornos à formação, mudanças de ocupação e sucessivas tentativas de alcançar uma posição profissional mais estável (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012; MORAES; ROCHA-DE-OLIVEIRA; ANDRADE, 2020).

Essa definição permite distinguir a inserção profissional da empregabilidade. Em sua formulação dominante, a empregabilidade está associada à condição individual de tornar-se e permanecer empregável, mediante escolaridade, competências, flexibilidade e adaptação contínua às exigências do mercado. Embora esses recursos possam influenciar as possibilidades de acesso ao trabalho e de permanência nele, não explicam isoladamente os resultados profissionais, pois o indivíduo não determina a disponibilidade de postos, as condições do mercado ou as formas de contratação. Ao concentrar a responsabilidade no trabalhador, esse discurso pode interpretar o desemprego, a não contratação ou a demissão como consequências da insuficiência de suas qualificações e atributos, reduzindo a atenção destinada aos condicionantes econômicos e às políticas de emprego (LEMOS; COSTA, 2012).

A distinção entre inserção profissional e empregabilidade também exige considerar a qualidade da posição alcançada. Ao discutir as modalidades qualificante e não qualificante, Rocha-de-Oliveira (2012) mostra que as políticas organizacionais relacionadas aos contratos, à remuneração, às condições de trabalho, à formação interna e à progressão na carreira interferem na qualidade da inserção. Com base nessa contribuição e na comparação dos demais estudos do corpus, esta revisão adota como dimensões analíticas a estabilidade, a remuneração, as condições de trabalho, as oportunidades de aprendizagem, a compatibilidade entre formação e ocupação e as possibilidades de progressão profissional. Essas dimensões constituem uma síntese analítica construída neste artigo, e não uma definição consensual da literatura.

Desse modo, a compreensão também atribui papel às organizações, cujas práticas participam da distribuição das oportunidades e da configuração dos percursos de inserção. Recrutamento, seleção e valorização de credenciais podem favorecer determinados candidatos, enquanto contratos, remuneração e critérios de progressão contribuem para qualificar ou precarizar a posição alcançada (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012; MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). No corpus, entretanto, a evidência empírica concentra-se nos filtros de recrutamento associados ao prestígio institucional e na experiência de estágio (SILVA; DIAS; SILVA, 2015; ROCHA-DE-

OLIVEIRA; PICCININI, 2012). Remuneração, promoção e outras políticas de Gestão de Pessoas aparecem principalmente como dimensões conceituais e como possibilidades para futuras pesquisas.

2.2 Diploma, mobilidade e (i)mobilidade social

Para orientar a comparação entre as publicações, esta revisão diferencia mobilidade educacional, ocupacional e social. A mobilidade educacional diz respeito à mudança no nível de escolaridade e, em sua dimensão intergeracional, compara a escolaridade alcançada pelo indivíduo com a de sua família de origem. A mobilidade ocupacional corresponde às mudanças entre posições ou estratos de trabalho, enquanto a mobilidade social envolve uma alteração mais ampla da posição ocupada no espaço social, avaliada entre gerações ou ao longo da trajetória. A imobilidade indica a permanência relativa na posição segundo o critério de comparação adotado. Assim, ser o primeiro diplomado da família representa um avanço educacional, mas não implica necessariamente melhor remuneração ou posição ocupacional e social (MARTINS; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2017a; MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019).

A conversão do diploma em posição profissional ocorre em relações sociais desiguais. Recursos econômicos podem proporcionar maior dedicação à formação e permitir a espera por oportunidades consideradas mais adequadas, enquanto recursos culturais e relacionais podem facilitar o domínio de repertórios valorizados, o acesso a informações e a formação de redes. O reconhecimento da instituição frequentada também interfere nesse processo, pois seu prestígio pode ser utilizado pelas organizações como critério de diferenciação entre candidatos. Desse modo, diplomas formalmente equivalentes podem adquirir valores sociais e profissionais distintos conforme os sujeitos e os contextos em que são mobilizados (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009; LEMOS; DUBEUX; ROCHA-PINTO, 2014; SILVA; DIAS; SILVA, 2015).

O desencontro entre formação e trabalho pode assumir categorias relacionadas, mas não equivalentes. A sobrequalificação constitui uma modalidade de incompatibilidade e ocorre quando a escolaridade ou as competências do trabalhador excedem as exigências da ocupação. A precariedade, por sua vez, refere-se principalmente à fragilidade dos vínculos e das condições de trabalho. A mobilidade descendente pressupõe perda de posição em relação a determinada referência, enquanto a imobilidade indica ausência de mudança significativa. Essas categorias não devem ser empregadas como sinônimos, pois a identificação do *déclassement* depende da explicitação da referência utilizada para caracterizar o rebaixamento (MARTINS; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2017a; MORAES et al., 2022; MORAES; ROCHA-DE-OLIVEIRA; ANDRADE, 2020).

Na sistematização retomada por Moraes, Rocha-de-Oliveira e Andrade (2020), o *déclassement* pode ser examinado por três referências. Na modalidade intergeracional, compara-se a posição alcançada pelos filhos com a ocupada pelos pais; no rebaixamento de diplomados, observa-se a relação entre a qualificação obtida e a posição profissional alcançada; e, no ciclo de vida, comparam-se as condições experimentadas pelo indivíduo em diferentes momentos de sua trajetória. Um vínculo precário, isoladamente, não demonstra a existência de *déclassement*. Uma ocupação inferior à qualificação, entretanto, pode caracterizar o rebaixamento de diplomados quando essa relação estiver efetivamente demonstrada.

Com base nessas distinções, a formação superior não é compreendida como uma sequência necessária entre diploma, emprego e ascensão. A inserção profissional é tratada como trajetória constituída na articulação entre qualificação, posições ocupacionais disponíveis e condições sociais, institucionais e organizacionais. A mobilidade educacional pode se converter em mobilidade ocupacional e social, mas também pode coexistir com inserções de baixa qualidade, sobrequalificação ou imobilidade. São essas diferentes possibilidades de conversão do diploma que orientarão a comparação entre as publicações.

3. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida como uma revisão sistemática da literatura, de abordagem qualitativa. O planejamento foi orientado pelos princípios de transparência, rastreabilidade e síntese propostos para revisões no campo da Administração por Tranfield, Denyer e Smart (2003). O PRISMA 2020 foi utilizado como diretriz de relato do processo de identificação, triagem, avaliação da elegibilidade e inclusão, e não como método de análise (PAGE et al., 2021). O protocolo definiu a pergunta, as fontes de informação, o período, as estratégias de busca, os critérios de elegibilidade, os campos de extração e o procedimento de síntese.

As bases consultadas foram a SPELL, SciELO e Scopus. A primeira foi selecionada por sua cobertura da produção em Administração, Contabilidade e Turismo, enquanto as demais permitiram ampliar a busca para áreas relacionadas à educação, ao trabalho e às desigualdades. O recorte abrangeu publicações de janeiro de 2006 a maio de 2026, mês em que as buscas foram concluídas. Nos campos de título, resumo e palavras-chave, conforme os recursos de cada base, foram aplicadas as seguintes combinações: “inserção profissional” AND “egressos”; “inserção profissional” AND “administração”; “empregabilidade” AND “egressos”; “mobilidade social” AND “egressos”; e “desigualdade social” AND “egressos”. As estratégias receberam adaptações sintáticas conforme as bases e foi aplicado o filtro para artigos. A utilização desses descritores em português delimitou semanticamente a recuperação e é reconhecida como uma limitação da revisão.

Foram considerados elegíveis artigos publicados em português, inglês ou espanhol, com texto integral disponível e relacionados ao contexto brasileiro. Para as publicações empíricas diretas, exigiram-se egressos ou concluintes do ensino superior e alguma relação entre formação e resultados profissionais ou sociais. Estudos empíricos indiretos ou contextuais foram admitidos quando ofereciam evidências relevantes sobre mecanismos institucionais, profissionais ou organizacionais. Textos teóricos e bibliométricos foram incluídos quando contribuíam diretamente para definir ou interpretar inserção profissional, empregabilidade, mobilidade, *déclassement* ou práticas organizacionais. Foram excluídos estudos restritos a expectativas ou competências, populações incompatíveis, contextos externos ao Brasil, usos de mobilidade em outros sentidos ou contribuições apenas periféricas à pergunta.

As buscas totalizaram um registro de 130 trabalhos: 80 na SPELL, 34 na SciELO e 16 na Scopus. Após a remoção de 22 duplicatas, 108 registros foram submetidos à triagem por títulos e resumos. Nessa etapa, 66 foram excluídos principalmente por ausência de relação suficiente com a pergunta, emprego de mobilidade em outro sentido, foco exclusivo em expectativas ou competências, população incompatível ou contexto externo ao Brasil. Os 42 artigos remanescentes foram recuperados e avaliados integralmente. Nessa etapa, 20 candidatos empíricos e 7 textos teóricos ou contextuais foram excluídos por não atenderem suficientemente aos critérios de elegibilidade, resultando em 15 publicações incluídas. As decisões e seus respectivos motivos foram registrados em planilha de controle, e a Figura 1 apresenta o fluxo completo da seleção.

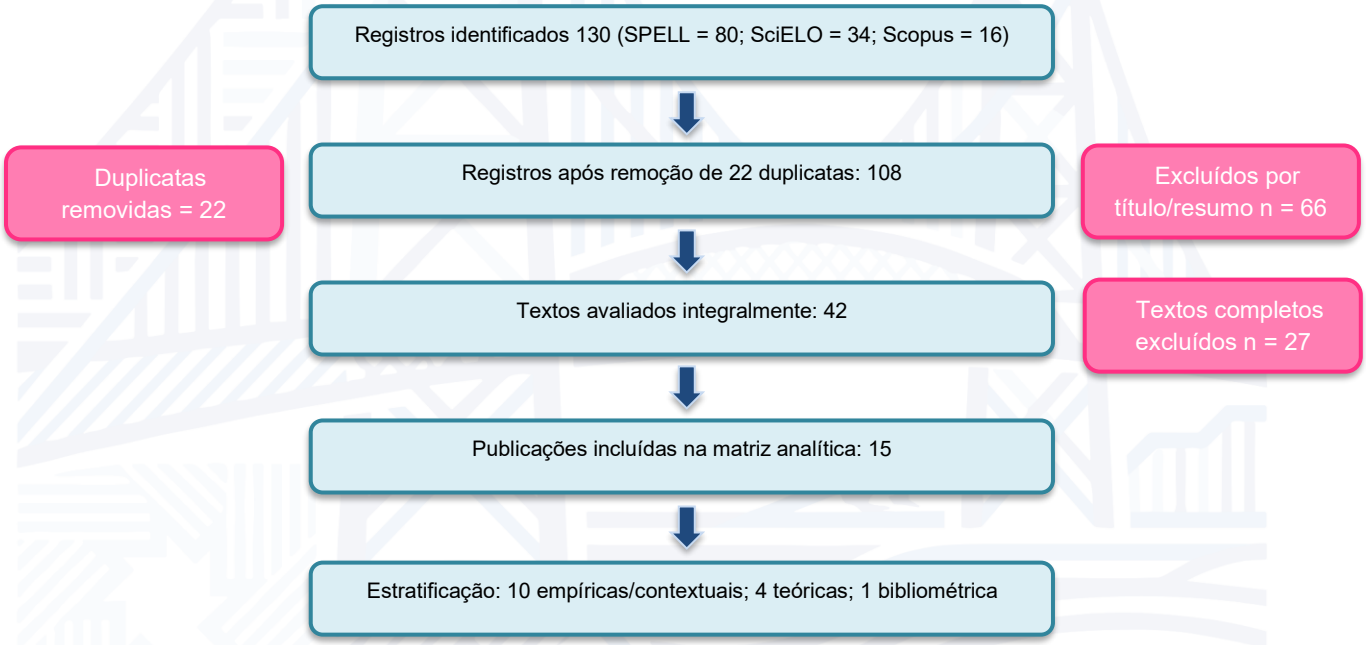
As 15 publicações foram mantidas na matriz analítica e classificadas conforme a função desempenhada na revisão: cinco apresentam evidências empíricas diretas, três fornecem evidências indiretas, duas exercem função contextual, quatro são ensaios teóricos e uma realiza análise bibliométrica. Essa estratificação evita que argumentos conceituais sejam apresentados como resultados observados entre egressos e que o número de publicações seja confundido com o número de evidências independentes. Os 115 formandos de 2008 analisados por Lemos, Dubeux e Pinto (2011), por exemplo, integram a amostra ampliada dos levantamentos de 2007 a 2009 apresentada por Lemos, Dubeux e Rocha-Pinto (2014); por isso, os resultados desses trabalhos não foram tratados como confirmações independentes.

A extração registrou autoria, objetivo, função na revisão, tipo de estudo, população ou contexto, método, indicadores, achados relacionados à pergunta, páginas-fonte, limitações e independência da evidência. As categorias inicialmente definidas a partir da pergunta — inserção profissional, emprego, qualidade da inserção, mobilidade ocupacional e social, origem social e práticas organizacionais — foram complementadas por temas emergentes da leitura: sobrequalificação, *déclassement*, gênero, raça, trajetória escolar, prestígio institucional e estágio. Não foi atribuída uma pontuação única de qualidade, em razão da heterogeneidade das publicações. Em seu lugar, realizou-se avaliação crítica qualitativa da aderência à pergunta, da origem e da proximidade dos dados, do alcance metodológico, das

limitações e da independência das evidências, utilizada para delimitar o alcance de cada afirmação.

A análise combinou comparação e síntese temática narrativa. Em cada tema, foram diferenciados três níveis: evidência, correspondente ao resultado encontrado diretamente em uma publicação; síntese, construída pela comparação entre as publicações; e interpretação, referente à leitura conceitual proposta pelos autores da revisão. Divergências, limites e formas distintas de operacionalização foram preservados, evitando transformar resultados heterogêneos em convergências artificiais.

Figura 1 - Fluxo de identificação e seleção das publicações



Fonte: elaborada pelos autores (2026), com base em Page et al. (2021).

4. Análise e Discussão dos Resultados

A leitura integrada das 15 publicações permite identificar diferentes dimensões envolvidas na relação entre formação superior, inserção profissional e (i)mobilidade social. Essas dimensões são examinadas de forma desigual e, muitas vezes, separadamente. Por isso, a não linearidade proposta nesta revisão não corresponde a uma conclusão uniformemente demonstrada por todas as publicações, mas a uma síntese construída a partir dos contrastes, das aproximações e das lacunas identificadas no conjunto.

As publicações foram divulgadas entre 2009 e 2022. A heterogeneidade dos objetos e dos indicadores constitui um achado da revisão: a inserção profissional foi observada por meio do emprego, do tempo de ingresso, da renda, do vínculo, da posição ocupacional e da correspondência entre formação e trabalho; a mobilidade

apareceu como mudança de renda, aquisição de bens, acesso a empresas e cargos, percepção de melhoria ou comparação com a origem social. Em vários estudos, a mobilidade social não foi medida diretamente como movimento entre origem e destino, mas inferida a partir da posição profissional alcançada. Os resultados, portanto, não descrevem um único fenômeno mensurado de maneira equivalente.

O Quadro 1 explicita a função desempenhada por cada publicação na revisão e sintetiza sua principal contribuição. Essa diferenciação é necessária porque as 15 publicações não apresentam evidências equivalentes nem correspondem a 15 conjuntos independentes de dados.

Quadro 1 – Função e alcance das publicações analisadas

Publicação	Função na revisão	Principal contribuição
Moraes et al. (2022)	Empírica direta	Mostra que a inserção relativamente rápida pode coexistir com desemprego, desigualdades de renda e ocupações de menor exigência educacional.
Martins, Scherdien e Rocha-de-Oliveira (2019)	Ensaio teórico	Articula teoricamente inserção profissional, estrutura de classes, mobilidade social e reprodução das desigualdades.
Lemos, Dubeux e Rocha-Pinto (2014)	Empírica direta	Compara grupos de diferentes origens sociais e discute a possível mediação da qualidade institucional e das redes, sem demonstrar causalidade.
Lemos, Dubeux e Pinto (2011)	Empírica direta	Examina a relação entre origem social, formação e oportunidades profissionais. Seus participantes integram a amostra ampliada do estudo de 2014.
Lemos, Dubeux e Pinto (2009)	Empírica direta	Identifica maior atividade entre participantes de menor renda, acompanhada de inserção em empresas menores e faixas salariais inferiores.
Martins e Rocha-de-Oliveira (2017a)	Empírica indireta	Aponta, com base nas percepções de coordenadores, a hierarquização entre diplomas tecnológicos e bacharelados e possíveis limites de progressão.
Silva, Dias e Silva (2015)	Empírica indireta	Identifica o prestígio institucional como critério empregado no recrutamento e na distribuição de posições organizacionais.

Publicação	Função na revisão	Principal contribuição
Polli et al. (2021)	Empírica direta	Identifica ganhos pessoais, profissionais e econômicos entre egressos beneficiários do ProUni, embora a dimensão econômica tenha recebido avaliação inferior.
Luiz e Bahia (2009)	Contextual	Descreve uma profissão regulamentada com elevada inserção e retorno econômico, sem investigar a transição de egressos ou o efeito do diploma.
Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012)	Empírica indireta	Analisa o estágio como mecanismo de aprendizagem, construção de redes e acesso ao trabalho, mas também como possível experiência operacional ou instável.
Moraes, Rocha-de-Oliveira e Andrade (2020)	Ensaio teórico	Compreende a inserção profissional como trajetória não linear e sistematiza modalidades de *déclassement* aplicáveis à interpretação das trajetórias.
Moraes e Rocha-de-Oliveira (2019)	Análise bibliométrica	Identifica a dispersão da produção brasileira e a escassez de pesquisas centradas em egressos do ensino superior.
Rocha-de-Oliveira (2012)	Ensaio teórico	Propõe um modelo que articula dimensões individuais, institucionais e sócio-históricas e diferencia inserções qualificantes e não qualificantes.
Martins e Rocha-de-Oliveira (2017b)	Ensaio teórico	Problematiza a responsabilização individual pela empregabilidade e a hierarquização dos diplomas tecnológicos.
Lemos e Costa (2012)	Contextual	Mostra que a percepção de maior empregabilidade pode coexistir com desemprego e condicionantes estruturais.

Fonte: elaborada pelos autores (2026).

Os resultados mostram que emprego e qualidade da inserção não são equivalentes. No estudo nacional de Moraes et al. (2022), 73% dos egressos ingressaram profissionalmente em até um ano, mas 16,6% não trabalhavam no momento da pesquisa e aproximadamente 20% ocupavam cargos de assistente ou auxiliar, geralmente associados a uma escolaridade inferior à graduação. Como o estudo é transversal, esses dados informam as condições da inserção, mas não

medem diretamente a mobilidade social. Polli et al. (2021), por sua vez, identificaram 96% dos participantes trabalhando e 67,5% atuando na área de formação, além de ganhos pessoais, profissionais e econômicos, embora a dimensão econômica tenha recebido avaliação inferior às demais. Luiz e Bahia (2009) oferecem um contraste contextual ao registrarem elevada inserção e renda entre médicos, sem investigarem especificamente a transição dos egressos ou o efeito do diploma. As diferenças entre esses resultados refletem populações, profissões e indicadores distintos.

A inserção também começa a ser construída antes da conclusão do curso. O estágio pode favorecer aprendizagem, experiência, redes de contato e efetivação, mas também pode envolver tarefas operacionais e condições precárias (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012). O tipo e o prestígio do diploma igualmente aparecem como critérios de diferenciação. Segundo os coordenadores entrevistados por Martins e Rocha-de-Oliveira (2017a), os tecnólogos podem enfrentar preferência por bacharéis em programas de trainee e posições seniores. Silva, Dias e Silva (2015), com dados obtidos junto a recrutadores, empresas de recursos humanos e instituições de ensino, identificaram o prestígio da formação como critério associado à concentração de egressos locais em funções intermediárias e à reserva de cargos estratégicos para profissionais formados em instituições mais reconhecidas.

Os resultados relacionados à origem social não se manifestaram de maneira uniforme. Lemos, Dubeux e Pinto (2009) observaram maior atividade entre os participantes de menor renda, mas também sua concentração em empresas menores e faixas salariais inferiores. Entre os trabalhadores desse grupo, 91% recebiam até R$ 3 mil, diante de 40% no grupo de maior renda. A maior taxa de atividade pode estar associada à necessidade econômica de trabalhar, sem representar necessariamente uma posição de melhor qualidade. Em estudo posterior na mesma instituição privada de prestígio, não houve diferença salarial estatisticamente significativa e ambos os grupos acessaram grandes empresas (LEMOS; DUBEUX; ROCHA-PINTO, 2014). Esses resultados não permitem atribuir as diferenças ao reconhecimento institucional ou às redes construídas durante o curso. O estudo de Lemos, Dubeux e Pinto (2011), por analisar participantes posteriormente incorporados à amostra de 2014, não constitui uma confirmação independente.

No estudo de Moraes et al. (2022), também foram identificadas desigualdades associadas a gênero, raça e trajetória escolar: a renda média das mulheres correspondeu a 80,39% da renda média da amostra; a dos egressos negros, a 57,41%; e a dos participantes oriundos do ensino médio público, a 75,63%. Embora não estabeleçam relações causais nem possam ser generalizados para todo o corpus, os dados mostram que a obtenção de uma formação semelhante não elimina as desigualdades de rendimento existentes no mercado de trabalho.

A incompatibilidade entre escolaridade e posição ocupacional permite discutir sobrequalificação, mas não caracteriza automaticamente *déclassement*. Os cargos de menor exigência educacional identificados por Moraes et al. (2022) constituem

evidência localizada de descompasso ocupacional. O *déclassement*, por sua vez, aparece principalmente no plano teórico e exige um parâmetro de comparação capaz de demonstrar o rebaixamento da posição social ou profissional (MARTINS; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2017b; MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019; MORAES; ROCHA-DE-OLIVEIRA; ANDRADE, 2020). A ampliação da escolaridade representada pela conclusão da graduação, portanto, não assegura mobilidade ocupacional ou social.

As organizações participam da conversão do diploma em oportunidades, embora a sustentação empírica varie conforme o mecanismo analisado. O recrutamento e o prestígio institucional são observados diretamente por Silva, Dias e Silva (2015), enquanto os resultados dos estágios são examinados por Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012). As preferências por bacharéis e pela experiência aparecem nas percepções dos coordenadores entrevistados por Martins e Rocha-de-Oliveira (2017a). A remuneração é recorrente como resultado profissional, mas não como efeito testado de políticas salariais, e a promoção permanece principalmente como agenda de pesquisa. Nesse contexto, responsabilizar exclusivamente o egresso por sua empregabilidade pode ocultar as condições do mercado de trabalho, das políticas públicas e dos critérios organizacionais que delimitam as oportunidades (LEMOS; COSTA, 2012).

A síntese das publicações permite compreender a relação entre formação, inserção profissional e (i)mobilidade social como condicionada e não linear. O diploma pode ampliar a elegibilidade para determinadas vagas e produzir ganhos pessoais, profissionais e econômicos, mas seus resultados variam conforme a qualidade da posição alcançada, a origem social, o gênero, a raça, a trajetória escolar, o tipo de formação, o prestígio institucional e os mecanismos organizacionais. A posição dos egressos decorre, assim, da interação entre dimensões individuais, institucionais, organizacionais e sócio-históricas, e não da conversão automática da escolaridade em ascensão social (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012; MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019).

5. Conclusão e Contribuições

Este estudo analisou como diferentes vertentes da produção científica brasileira abordam as relações entre a inserção profissional de egressos do ensino superior e os processos de mobilidade e imobilidade social. Conclui-se que essa articulação ainda não se encontra consolidada no campo, pois as publicações examinam partes do problema por meio de conceitos, populações e indicadores distintos. A leitura integrada permite compreender que o diploma amplia as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, mas está associado a resultados profissionais heterogêneos. Emprego, qualidade da inserção, ampliação da escolaridade, mobilidade ocupacional e mobilidade social, portanto, não devem ser tratados como fenômenos equivalentes.

As evidências empíricas mostram tanto trajetórias marcadas por emprego e ganhos pessoais, profissionais ou econômicos quanto situações de desemprego, vínculos frágeis, desigualdades salariais e incompatibilidade entre escolaridade e posição ocupacional. Os resultados associados à origem social não se manifestaram de maneira uniforme, enquanto gênero, raça e trajetória escolar apareceram de forma relevante, porém concentrada em um estudo de abrangência nacional. A revisão também permitiu diferenciar sobrequalificação e *déclassement*: foram identificadas evidências localizadas de descompasso entre escolaridade e ocupação, mas essas situações não podem ser classificadas automaticamente como *déclassement*, conceito mobilizado principalmente no plano teórico e que exige um parâmetro de comparação capaz de demonstrar o rebaixamento da posição.

A contribuição teórica desta revisão consiste em aproximar inserção profissional, diploma, desigualdades e (i)mobilidade social sem apresentar essa articulação como um achado previamente consolidado pela literatura. Propõe-se que a relação entre a ampliação da escolaridade e uma possível mobilidade ocupacional ou social seja analisada considerando a qualidade das posições alcançadas e as condições sociais, institucionais e organizacionais que participam das trajetórias. Para a Gestão de Pessoas, a contribuição é mais delimitada: recrutamento, prestígio institucional e estágio possuem sustentação identificável no corpus, enquanto remuneração, promoção e exigência de experiência constituem questões que ainda demandam investigação direta antes de serem tratadas como mecanismos comprovados de produção ou redução das desigualdades. Em termos sociais, a síntese também contribui para relativizar a responsabilização individual dos egressos por seus resultados profissionais.

Como implicação prática, as instituições de ensino podem acompanhar não apenas as taxas de emprego de seus egressos, mas também a compatibilidade entre formação e ocupação, os tipos de vínculo, a remuneração e as possibilidades de progressão profissional. As organizações, por sua vez, podem revisar seus filtros de recrutamento e a qualidade dos programas de estágio, observando em que medida o prestígio da instituição de ensino funciona como critério anterior à avaliação das competências dos candidatos. Essas implicações decorrem da síntese produzida pela revisão e devem ser compreendidas como orientações analíticas, e não como efeitos causais demonstrados pelo conjunto das publicações.

A revisão apresenta limitações decorrentes da utilização de três bases, do recorte temporal de 2006 a 2026 e de uma estratégia de busca centrada em cinco combinações de descritores, que pode não ter recuperado estudos que empregaram termos como trajetória profissional, mobilidade ocupacional, sobrequalificação ou transição universidade-trabalho. A heterogeneidade dos desenhos de pesquisa e dos indicadores restringiu a comparação dos resultados; parte das publicações não investigou egressos diretamente; e estudos pertencentes à mesma série compartilharam participantes ou dados, reduzindo a independência de algumas evidências. Pesquisas futuras podem ampliar e testar descritores equivalentes,

acompanhar egressos longitudinalmente, comparar suas posições sociais de origem e destino e investigar diretamente como recrutamento, estágio, remuneração e promoção participam da construção de suas trajetórias profissionais.

Referências

- CORDEIRO, João Pedro. Modalidades de inserção profissional dos quadros superiores nas empresas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 38, p. 79-98, 2002.
- LEMOS, Ana Heloísa da Costa; COSTA, Alessandra Mello da. A dimensão simbólica da empregabilidade: mercado, políticas públicas e organização social do trabalho. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 85-103, jul./dez. 2012. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v7i2.13272.
- LEMOS, Ana Heloísa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacubowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 368-384, jun. 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000200012.
- LEMOS, Ana Heloísa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacubowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Empregabilidade dos jovens administradores: uma questão meritocrática ou aristocrática? *BBR: Brazilian Business Review*, Vitória, v. 8, n. 1, p. 94-115, jan./mar. 2011. DOI: https://doi.org/10.15728/bbr.2011.8.1.6.
- LEMOS, Ana Heloísa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacubowski Correia; ROCHA-PINTO, Sandra Regina da. Educação superior, inserção profissional e origem social: limites e possibilidades. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 48-64, jan./abr. 2014. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v9i1.13311.
- LUIZ, Ronir Raggio; BAHIA, Lígia. Renda e inserção profissional dos médicos brasileiros após instituição do Sistema Único de Saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 689-698, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000045.
- MARTINS, Bibiana Volkmer; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Qualificação profissional, mercado de trabalho e mobilidade social: cursos superiores de tecnologia. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 21-45, maio/ago. 2017a. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i2.13404.
- MARTINS, Bibiana Volkmer; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Reflexões sobre a empregabilidade dos jovens provenientes de cursos superiores de tecnologia. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 37-54, jan./mar. 2017b. DOI: https://doi.org/10.12712/rpca.v11i1.801.
- MARTINS, Bibiana Volkmer; SCHERDIEN, Camila; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Estrutura de classe e mobilidade social no processo de inserção profissional de jovens no Brasil: reflexões e agenda de pesquisa. *Cadernos*

EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 564-576, jul./set. 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395173103.

- MORAES, Jhony Pereira; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Inserção profissional: uma análise bibliométrica dos estudos brasileiros em bases de dados científicas. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 9, n. 3, p. 81-101, set./dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.21714/2236-417X2019v9n3p81.
- MORAES, Jhony Pereira; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; ANDRADE, Arthur Gehrke Martins. Vida, estudo e trabalho: discutindo as trajetórias dos jovens brasileiros a partir da teoria de inserção profissional francesa. *Economia & Gestão*, Belo Horizonte, v. 20, n. 55, p. 58-68, jan./abr. 2020. DOI: https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2020v20n55p58-68.
- MORAES, Jhony Pereira; WISSMANN, Alexandre Dal Molin; JEREMIAS JUNIOR, Jair; ANDRADE, Arthur Gehrke Martins. Uma análise da inserção profissional dos egressos do curso de Administração no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 23, n. 5, p. 1-29, eRAMG220169, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG220169.pt.
- PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, London, v. 372, art. n71, 2021. DOI: https://doi.org/10.1136/bmj.n71.
- POLLI, Gislei Mocelin et al. Políticas públicas e mobilidade social: egressos do Programa Universidade para Todos (ProUni). *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 53, p. 86-96, 2. sem. 2021. DOI: https://doi.org/10.23925/2175-3520.2021i53p86-96.
- ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Inserção profissional: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 124-135, jan./mar. 2012. DOI: https://doi.org/10.12712/rpca.v6i1.124.
- ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmíria Carolina. Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de Administração no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 44-75, mar./abr. 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000200003.
- SILVA, Lindomar Pinto; DIAS, Luciana Costa Freitas; SILVA, Janayna Souza. Ensino superior, mobilidade social e dominação: uma análise à luz dos conceitos de Bourdieu e da teoria institucional. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, Joaçaba, v. 14, n. 3, p. 1145-1174, set./dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.18593/race.v14i3.6328.
- TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, London, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003. DOI: https://doi.org/10.1111/1467-8551.00375.